

COLUNA

TRAVESTI PRETA NÃO É BAGUNÇA

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva

Universidade, intelectualidade e travestis pretas I: Megg Rayara Gomes de Oliveira



Caros/as leitores/as, este texto que ora lhes escrevo é o primeiro de três que se seguirão nos próximos meses a fim de lhes contar as histórias e trajetórias intelectuais de três mulheres trans/travestis pretas nas universidades brasileiras, basta-me dizer-lhes neste escrito o nome de nossa primeira intelectual homenageada, se assim podemos dizer, que se chama: Megg Rayara Gomes de Oliveira. Muito particularmente, quando a conheci, não pessoalmente, mas pela sua tese de doutorado, defendida em 2017, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo título é provocativo – “O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação” – eu fiquei surpreso, lisonjeado com o

talento e respeito que Megg contestava a teoria de Michel Foucault e os dispositivos de sexualidades. Ao ler o texto de 191 páginas, para ser mais exato, eu me perguntava: por que não a conheci antes? Até hoje me questiono: por que não conheci muitas outras travestis pretas intelectuais antes? O que Megg dizia na tese era exatamente o que muitos gays pretos sofriam cotidianamente. A tese pareceu se transmutar nas minhas mãos em vários pedaços de histórias, desde o momento em que a intelectual contava sua aflição na Igreja, o ter que se confessar como um alguém em constante pecado por ser quem se era e se é, até o momento da passagem dela pela escola. As dificuldades enfrentadas pela professora Megg não foram suficientes para fazê-la desistir, basta olharmos para o currículo acadêmico dela que logo constataremos o empenho e esforço que fizeram dela a primeira travesti preta doutora em Educação do país.

Megg Rayara é natural da cidade de Cianorte, que fica ao noroeste do Paraná. Ela é licenciada em Desenho; é especialista em História da Arte; especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira; é mestre e doutora, como eu disse, em Educação. Atualmente é professora da mesma universidade em que defendeu sua tese. Suas pesquisas focam a vivência de suas ancestrais travestis e do povo preto; seus desenhos e telas são verdadeiras obras de arte, dignas de figurar nos melhores e maiores museus do Mundo. E ela não para por aí, pois já virou até filme de curta-metragem em 2019, com o título de “Megg – A margem que migra para o centro”, com direção de Eduardo Sanches e Larissa Nepomuceno. No curta-metragem a professora faz questão de ressaltar que só leciona de salto-alto, um salto que é político, um salto que avise a todos/as os/as presentes que ela chegou e não entrou pela janela, não precisou pedir licença. Chegou por capacidade, por enfrentamento, por luta, por resistência; mas como ela própria nos adverte, a trajetória de conquistas acadêmicas e profissionais dela ainda não é regra e sim exceção para a grande maioria das travestis pretas do Brasil. Ela chegou ao mais alto nível de instrução formal por perceber, nas palavras da própria Megg, que a Educação era uma arma, um contra-dispositivo. No curta-metragem ela nos revela a importância do ato de ler e de se ver representado/a na leitura que se faz. Embora o livro “Bom-Crioulo” de Adolfo Caminha traga um personagem negro, homossexual, dotado de estereótipos típicos da corrente literária naturalista, foi nele que Megg pode conhecer o amor entre iguais e enxergar uma possibilidade de exercício de seus sentimentos afetivos. Para defender a sua tese de doutorado a professora não foi sozinha, ela levou consigo várias travestis que, infelizmente, morreram em 2017. Ela levou no plano simbólico, mas levou. A intelectual fez isso da maneira mais artística, nobre a aplaudível possível.

Megg se vestiu com um vestido vermelho – cor forte, cor do sangue, cor da vida, cor de luta que nos remete a ideais políticos de igualdade social e equidade –, nele ela bordou, na altura do coração, fuxicos que faziam justamente a forma do órgão interno citado com uma marca de tiro. Os fuxicos simbolizavam os discursos maldosos, os fuxicos preconceituosos feitos contra pessoas LGBT e que as levam à morte; o coração perfurado simbolizava o coração de Megg transpassado pela dor, o nosso coração transpassado pelo sofrimento do outro, o coração dos LGBTs com um tiro fatal. No corpo do vestido ela bordou o nome de todas as travestis e trans mortas no ano de 2017. A estética era impactante. O auditório da UFPR ficou lotado para ver e ouvir falar a travesti preta, que outrora era silenciada nos espaços públicos e privados. Ao pegar o diploma de doutora, Megg marcou e coroou gerações de intelectuais pretas e de pretos que lutaram pelo reconhecimento de sua ciência, cultura e criatividade desde o



século XVIII no Brasil. Oficialmente podemos datar a luta pelo direito de intelectualidade preta em nosso país a partir de novembro do ano de 1831, século XIX. Essa data marca a compra que o tipógrafo preto Francisco Paula Brito (1809-1861) fez da livraria de seu primo, o também preto, à época chamado de mulato, Silvino José de Almeida, transformando-a numa das maiores editoras do Segundo Reinado.

A livraria se tornaria tão importante que no ano de 1851 o próprio Imperador D. Pedro II se tornaria seu acionista e lhe concederia o selo de impressor da Casa Imperial. Um preto de sucesso não se aguenta até que faça com que outros/as também o alcancem. Paula Brito, com o êxito empresarial, foi o responsável por imprimir e divulgar um dos primeiros periódicos que defendia os direitos e a dignidade do povo preto. Não bastasse esse grande trabalho de vanguarda, publicou as primeiras e raras obras de Machado de Assis. Integrar-se à elite cultural brasileira nunca foi tarefa fácil para os/as afrodescentes. Se os meios de comunicação social eram círculos fechados e dominados pela elite branca, cisgênera, imaginem as universidades? Logo essas, que desde a Idade Média figuravam sempre protegidas em mosteiros, fortalezas, longe do povo e sempre muito reservadas aos ricos e afortunados homens. Por volta dos séculos XII e XIII é que nascem as universidades com a pretensão de discutir os temas “universais”, daí seu nome. Mas, como instituições de criação eclesiástica, ou seja, de iniciativa da Igreja Católica, de certa maneira extensões dos colégios episcopais, como se debateriam temas proibidos pela autoridade da Igreja? Ok, ok, estamos indo longe demais, ou melhor, voltando longe demais nos meandros históricos da universidade. Mas penso que isso seja necessário para compreendermos que nem sempre a universidade fora um espaço pensado, criado e formulado para todos/as. Muitos/as estariam de fora da universidade, e, muitos dos assuntos desses outros muitos, também estariam de fora. A elitização branca do ensino é uma realidade. No Brasil, demasiada realidade. Por exemplo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em meados do século XIX, muitos docentes não escondiam seu ódio aos pretos – caso dos professores Veiga Cabral e Avellar Brotero. Só em 1879, José Rubino de Oliveira, um preto, se tornou professor da Faculdade. Em Curitiba, na UFPR, só em 2017, uma travesti preta se tornou doutora e professora. Nossas conquistas ainda são recentes, mas são permanentes e nenhum direito conquistado, adquirido será retirado. Megg abriu as portas e com as suas produções e pesquisas as mantém abertas. Enveredemo-nos pelo caminho chamado Megg Rayara Gomes de Oliveira.

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva



Graduando em Letras – Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Professor de Língua Portuguesa na instituição CIEP 026 São Vicente de Paula; Professor de Introdução à Arte Ocidental, na Escola de Artes da Baixada; Pesquisador de Educação e Saúde da população travesti, na Fundação Oswaldo Cruz; membro do Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades (LEGESEX-UFRRJ); membro do grupo de estudos em Gênero, Imagem, Discurso (GEIDIR-UFRRJ); pesquisador institucional da UFRRJ em manuscritos contemporâneos e genética da escrita de Carolina Maria de Jesus; membro da Comissão de Avaliação Própria (CPA) da UFRRJ.